



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 4 - Educação brasileira: recortes históricos

O LIVRO DIDÁTICO ENTRELACADO COM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX

Luci Mara Gavazzoni Marqueti - UFGD/Dourados*

Resumo: Este trabalho buscou contextualizar historicamente a relação do Livro Didático na Educação Brasileira no século XX. Nesse período, a educação passou por mudanças que foram necessárias para atender uma grande escala de crianças e adolescentes que adquiriram o direito de frequentar a escola devido às reformas sociais que estavam ocorrendo no setor industrial e, com isso, foi preciso expandir o processo de produção dos livros didáticos, surgindo novas leis e incentivos do governo para atender a demanda do sistema educacional. A metodologia utilizada foi fundamentada em pesquisa bibliográfica e espera-se contribuir com um melhor entendimento histórico do vínculo do Livro didático com a educação escolar brasileira no século XX.

Palavras-chave: Livro Didático. Educação Brasileira. Século XX.

Introdução

A educação brasileira é marcada por vários aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos. Para melhor retratar esses aspectos que envolveram a educação brasileira, este trabalho contempla o século XX, marco para a educação devido à expansão escolar e às mudanças políticas, econômicas e sociais que envolveram os Livros Didáticos (instrumento esse que tem a função social de facilitar o conhecimento do ser humano e retratar o currículo escolar que fez parte do ensino e aprendizagem em cada período da nação). Dessa forma, para melhor compreender um artefato cultural que vem fazendo parte da educação brasileira, esta pesquisa buscou retratar uma explanação histórica sobre a relação do livro didático com as reformas da educação que envolveram a política, cultura e a economia no contexto escolar brasileiro no século XX. O objetivo é compreender os enlaces dos livros didáticos na educação brasileira, visto que se reconhece a importância desse material como suporte do conhecimento e de fácil acesso para a maioria das crianças, fazendo parte da cultura escolar e que tem ganhado valor no campo histórico como instrumento de estudo e artefato de pesquisa. Afinal, não podemos falar de educação sem escola, e escola sem mencionar o livro didático que faz parte da cultura que está intrínseca na historicidade da educação e tem enfrentado essas mudanças do sistema educacional. Este trabalho buscou contextualizar os vínculos do Livro Didático no contexto histórico da educação brasileira no século XX,

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – (UFGD-Dourados).



fundamentada em pesquisa bibliográfica, utilizando referências que abrangem aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, como contribuição para o entendimento dos vínculos do Livro Didático e a educação brasileira em um contexto histórico da educação no século XX.

Metodologia

Para transparecer a sua relevância na área da História da Educação, tornou-se fundamental recorrer às bibliografias de autores que retratam a trajetória entre a educação brasileira e os Livros Didáticos no século XX. Para melhor entendermos esses vínculos temos que navegar desde o surgimento dos livros em 1808 com a chegada da corte portuguesa para o Brasil, a qual trouxe na sua bagagem a Biblioteca Real e após a sua chegada às terras brasileiras ordenou a instalação da Imprensa Régia. Em seguida, surge a Imprensa Nacional, ocasionando nos primeiros investidores do setor editorial. Um setor que era voltado para a elite de consumidores da alta sociedade, atendendo a minoria, já que a população brasileira era composta por aproximadamente 50% de pessoas analfabetas nesse período. Conforme menciona Saviani (2017), com a criação do Ministério da Educação e Saúde na década de 1930, foi instituído o projeto de produção didática, sendo que os livros eram produzidos por editoras privadas e selecionados pelo governo para uso nas escolas públicas. Nesse período também foi criado o Instituto Nacional do Livro Didático (INL), com objetivo de padronizar material didático e democratizar o acesso à educação. A partir desse momento, foram implantadas reformas na educação e o livro didático foi acompanhando essas mudanças.

Como ressalta Saviani (2017), que as reformas do ministro Francisco Campos, em 1931, eram alicerçadas pelo governo Getúlio Vargas, abarcando as noções da ditadura, tinha como objetivo modernizar e centralizar o sistema educacional brasileiro, buscando padronizar a formação dos estudantes em todo o país e prepará-los para trabalharem em setores técnicos e profissionais específicos. Essa reforma tinha intenção também de combater o analfabetismo no país, expandindo a educação para todas as regiões. Assim, foram criadas escolas técnicas, Institutos de Educação, escolas normais, bem como instituído o ensino primário obrigatório de quatro anos e a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Já em relação aos livros didáticos, nessa época foram adaptados para atender as novas demandas da sociedade, focando no nacionalismo e no trabalho, com ênfase na parte prática, pois eram técnicos e pragmáticos, com intuito de preparar o aluno para o mercado de trabalho com poucas teorias ou questões conceituais.

Saviani (2017) ressalta que o Manifesto 1932, que fez parte desse período, foi um documento político educacional – assinado por vários intelectuais e educadores brasileiros que tinham



como objetivo a modernização da educação no país – que trazia nas suas linhas a universalização do ensino primário, a formação de professores qualificados, a valorização das ciências e da pesquisa, criação de escolas profissionalizantes e a implementação de um sistema nacional de educação.

Em relação aos livros didáticos durante o período do Manifesto, Paixão (1995) ressalta que foi um instrumento crucial para disseminar as ideias propostas, tendo função como agente político que atuava na formação dos jovens. Sendo assim, o Governo cheio de intenções para controlar os livros, criou programas específicos para a seleção e a distribuição dos livros didáticos, tendo como objetivo a aprovação dos conteúdos pelos órgãos de censura e controle.

Outro fator importante que marcou a educação como explanado por Saviani (2017), é a Constituição de 1934, que promoveu o direito de todos à educação; obrigatoriedade e gratuidade, referindo-se imediatamente ao primário, principalmente para os adultos; o ensino religioso facultativo e, por último, a garantia da profissão do cargo de professor e a liberdade de ensinar, ou seja, as escolas particulares tinham autonomia para definir as suas metodologias e currículos, desde que seguissem as leis e diretrizes estabelecidas pelo Estado. Além disso, estabeleceu que seria dever do Estado promover o ensino técnico profissionalizante, visando à formação de mão de obra qualificada para atender o mercado de trabalho.

Paixão (1995) relata que durante as reformas implantadas pela constituinte de 1934, o livro didático travou uma luta para ser incluído no processo de ensino como um meio facilitador da aprendizagem e para, padronizar o conteúdo lecionado nas escolas.

Saviani (2017) esclarece que a Reforma Capanema, que marcou a educação secundária do país, foi liderada pelo Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema. O seu objetivo principal era modernizar o ensino secundário, além de democratizar o acesso à educação através da ampliação de escolas e melhorias no ensino, ressaltando a divisão econômico-social, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Para acompanhar as ideias disseminadas pela Reforma Capanema, Saviani (2017) relata que, foi criado o Instituto Nacional do Livro Didático (INL): responsável por encomendar a escritores e educadores a produção de livros didáticos que fossem mais acessíveis e relevantes para os alunos brasileiros, levando em conta as diferenças regionais do país. Além disso, o instituto também passou a controlar a impressão e distribuição desses livros, garantindo a qualidade e padronização. Ainda, foram estabelecidas comissões para



fiscalização dos livros didáticos, para controlar a produção e também os conteúdos que os jovens tinham acesso. Uma das comissões relatada por Saviani (2017) é a Comissão Nacional de Ensino Primário, criada em 1938, e que estabeleceu normas e procedimentos para a nacionalização do ensino, inspecionando a ação de diretores e escolas. Controlava também as ações ideológicas e metodológicas de acordo com o material didático: nenhum livro poderia circular pelas escolas sem ter passado pela aprovação do Ministério de Educação e Saúde.

Já Saviani (2017), salienta que, em virtude da realidade da população analfabeta, o Livro Didático começou a deslançar em 1961 através da aprovação da Lei de Diretrizes e Base (LDB). Essa lei foi o carro-chefe da expansão da rede pública de ensino, abarcando crianças e adolescentes, sendo que, para atender todo o público, primeiramente, o governo simplificou o currículo escolar e reduziu as disciplinas. Com o aumento das matrículas em 1968, a produção de Livros Didáticos chegou cerca de 2500 títulos espalhados pelo setor educacional. De acordo com Bittencourt (2020), com as reformas do governo Getúlio Vargas, foram implantados novos métodos de alfabetização, sendo um dos fatores que aumentou a produção didática, surgindo o Conselho Nacional do Livro Didático (CNLD), que tinha a função de avaliar os livros conforme os conteúdos. Essa avaliação era um meio utilizado pelo governo Vargas para padronizar a produção e controlar o que as editoras podiam publicar nos livros, excluindo os que se manifestavam contra o governo, e sendo adquirido pelo poder público o que era aprovado pelo governo.

Discussão dos resultados

As propostas em relação à educação e o material didático no século XX tinham boas intenções, porém sempre estiveram cercados de discussões e controvérsias, muitas vezes tornando-se obstáculos para deslançar as intenções de melhoria da educação do nosso país, como a universalização da educação básica de qualidade e a valorização dos professores. Apesar de todas as divergências, um avanço importante para a educação brasileira foi estabelecer diretrizes que visavam à garantia do acesso à educação básica e a formação de uma educação mais qualificada e direcionada para a realidade social e econômica do país. Por ser visto como disseminador das intenções de governo para poder implantar os seus interesses sociais, políticos e econômico no país, a padronização dos livros gerou muitas críticas, uma vez que argumentavam que a padronização do conteúdo prejudicava a criatividade dos professores e, de acordo com a reforma no ensino secundário, os livros didáticos tiveram ênfase no ensino técnico profissionalizante, gerando um impacto significativo na produção e distribuição de livro didático no Brasil, contribuindo para a democratização do acesso à educação e para o fortalecimento do mercado editorial nacional.

Considerações finais

No século XX, a educação brasileira e o Livro Didático tiveram avanços significativos ao relacionarmos a educação e o material didático, sendo um dos principais pontos positivos a conquista da população ao ensino público e, conseqüentemente, uma maior demanda de material didático.

Como este resumo expandido abrange o século XX, abarcamos pontos positivos e negativos em relação à educação entrelaçada com o livro didático, sendo um fato negativo que ambos enfrentam até os dias atuais o desafio de acompanhar a organização do Sistema Nacional de Educação, que sofre mudanças a cada troca de governo, que deixa de se preocupar com a qualidade da Educação Nacional para atender interesses políticos e econômicos.

Sabemos que ambos têm um papel social e são meios facilitadores do processo de conhecimento do homem no decorrer da história, sendo utilizados como ferramenta de poder políticos e que convergem interesses e conflitos de ideias que limitam as suas possibilidades, sendo insuficiente no ensino-aprendizagem, não atingindo uma qualidade de ensino que venha ao encontro social.

Referências

BITTENCOURT, C. M.F. *Momentos do livro didático brasileiro*. 2020. Disponível em: https://abrelivros.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/09/Abrelivros_A_Hist%C3%B3ria_do_Livro_Did%C3%A1tico_no_Brasil-girado.pdf Acesso: 02 mar. 2023

SAVIANI, et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. São Paulo: Campinas. 2017. Autores Associados.

PAIXÃO, F. *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.